



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

## ANEXO I

### TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

#### TERMO DE REFERÊNCIA N.º 23/2017

<b>OBJETO</b>	Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustível (gasolina e óleo diesel comuns), sob demanda, para a frota de veículos automotores do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), em rede de postos dentro do Distrito Federal, com gerenciamento dos serviços de abastecimento por meio de um sistema informatizado de controle com tecnologia de cartão eletrônico para o exercício de 2018, conforme a quantidade e especificações estabelecidas no presente Instrumento.
<b>PROCESSO</b>	33.404/2017-e
<b>ESTIMATIVA</b>	R\$ 9.446,28
<b>FORNECIMENTO</b>	IMEDIATO (SOB DEMANDA)
<b>TIPO</b>	MENOR PREÇO (MAIOR DESCONTO)

#### RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA:

##### EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

Oswaldo Junqueira Vaz Júnior  
Darlan Lima carneiro

**TELEFONE:** (61) 3314-2871

**EMAIL:** spc@tc.df.gov.br

##### EQUIPE TÉCNICA:

Sizenando Pinto Coelho

**TELEFONE:** (61) 3314-2225

**EMAIL:** sizenando@tc.df.gov.br



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

## **1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustível (gasolina e óleo diesel comuns), *sob demanda*, para a frota de veículos automotores do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), em rede de postos dentro do Distrito Federal, com gerenciamento dos serviços de abastecimento por meio de um sistema informatizado de controle com tecnologia de cartão eletrônico, para o exercício de 2018, conforme a quantidade e especificações estabelecidas no presente Instrumento.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1.1. Atendimento ao Serviço de Transporte (SETRA) quanto ao abastecimento de combustíveis (gasolina e diesel) para a frota de veículos próprios do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), utilizados no transporte de autoridades e servidores, *no desempenho da função*, além de materiais e documentos.

### **2.2. MOTIVAÇÃO**

#### **2.2.1. Razões de direito:**

2.2.1.1. Com fulcro no art. 73, incisos XIX, XX e XXII, do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado pela da Resolução TCDF n.º 273, de 3 de julho de 2014, é atribuição do Serviço de Transportes, *respectivamente*:

2.2.1.1.1. Gerenciar e fiscalizar o contrato de fornecimento de combustíveis por meio de relatórios, acompanhamento de médias de consumo dos veículos, bem como, conferência e conciliação dos cupons emitidos de acordo com os abastecimentos efetuados;

2.2.1.1.2. Emitir relatório mensal e anual de consumo de combustíveis, globalmente e em relação a cada veículo;

2.2.1.1.3. Propor a contratação de bens e serviços relativos à sua área de atuação, elaborando estudos, projetos básicos e termos de referência.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

### **2.2.2. Razões de fato:**

2.2.2.1. Em razão da extinção do posto de abastecimento no Edifício Garagem do TCDF e consequente terceirização do fornecimento de combustíveis, faz-se necessário manter os veículos oficiais, remanescentes da frota oficial do Tribunal, abastecidos e em condições de pleno atendimento às demandas da Corte, para transporte de autoridades e servidores em serviço, além de materiais e documentos.

2.2.2.2. Saliente-se também, que, conquanto a frota de veículos oficiais do Tribunal esteja sendo reduzida de maneira gradativa e em caráter preventivo, razão pela qual ainda são mantidos 03 (três) veículos: 02 (dois) TOYOTA/COROLLA/09/10 e 01 (uma) Van, para os quais se propõe a presente aquisição de combustíveis, a terceirização das atividades de transportes para atender às necessidades do TCDF é muito importante para a manutenção desse tipo de serviço de transporte no Órgão.

2.2.2.3. Além disso, são consideradas as eventuais demandas por combustível do Laboratório de Controle Externo de Obras Públicas (LabTCDF) em atividades de extração em campo de corpos de prova de pavimentos asfálticos e de concreto, conforme o demonstrado no Memorando nº 33/17 – NFO (peça nº 4 e- Doc 20E02333);

2.2.2.4. Acrescente-se, também, o fato de que o atual Contrato do objeto em questão tem vigência prevista para até o dia 31/12/2017, não existindo possibilidade de prorrogação do ajuste, razão pela qual se faz necessário prover a contratação de novo período de fornecimento.

## **2.3. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS**

2.3.1. Disponibilização de contrato de abastecimento de combustíveis para a frota de veículos pertencentes ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, durante o exercício de 2018, sob controle e gestão do Serviço de Transporte (SETRA).

2.3.2. Manutenção da disponibilidade de transporte para o pronto atendimento das demandas do TCDF, decorrentes das atividades desempenhadas por servidores e



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

autoridades.

### **3. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

#### **3.1. DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO:**

3.1.1. Os veículos da frota oficial do TCDF demandarão o abastecimento de gasolina comum e de óleo diesel comum, nos quantitativos estimados no Anexo II - Estimativa de Consumo e de Preço (Desconto).

3.1.2. Os serviços de abastecimento devem compreender uma rede de postos de abastecimento, equipada para aceitar transações com os cartões dos usuários do sistema, com pelo menos 02 (duas) unidades de abastecimento localizadas em um raio de até 10 Km (dez quilômetros) do Edifício Sede do TCDF, localizado no Palácio Costa e Silva, Praça do Buriti s/n, CEP nº 70075-901, Brasília / DF.

3.1.3. O licitante fornecerá, anteriormente à contratação, relação com os endereços dos postos credenciados, aptos ao fornecimento de combustíveis.

3.1.4. Os serviços devem primar pela otimização, padronização e racionalização no abastecimento de combustíveis em geral, em rede especializada de postos, com tecnologia de gerenciamento por cartão eletrônico.

3.1.5. Os postos de combustíveis da CONTRATADA ficam obrigados a executar o abastecimento dos veículos automotores somente até o limite do dispositivo de segurança (automático) ou até a capacidade máxima do tanque prevista no manual do fabricante, nos termos da Lei Distrital nº 5.378/2014.

3.1.6. No ato do abastecimento, o frentista deve informar ao condutor do veículo as proibições e os limites previstos na Lei Distrital nº 5.378/2014.

#### **3.2. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO**

3.2.1. Sistema (*software*) de gerenciamento integrado, com interface totalmente compatível com os sistemas operacionais do CONTRATANTE, oferecendo relatórios gerenciais de controle da situação (histórico de quilometragem, histórico de abastecimentos, médias, composição da frota, cadastro de usuários etc.) e das despesas



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

de abastecimento, em determinado período de tempo, de cada um dos veículos da frota e globalizado, conforme estabelecido no objeto, com apresentação, no mínimo, dos seguintes relatórios:

- 3.2.1.1. Cadastro de veículos;
- 3.2.1.2. Composição da frota;
- 3.2.1.3. Cadastro de usuários (órgão, nome e matrícula);
- 3.2.1.4. Cadastro de estabelecimentos;
- 3.2.1.5. Histórico do veículo;
- 3.2.1.6. Histórico do LabTCDF;
- 3.2.1.7. Preços praticados nos postos de abastecimento;
- 3.2.1.8. Análise de consumo de combustível;
- 3.2.1.9. Odômetro inicial e final;
- 3.2.1.10. Data e hora do abastecimento;
- 3.2.1.11. Consumo de combustível;
- 3.2.1.12. Médias de consumo de combustível;
- 3.2.1.13. Extrato de conta, mensal e anual, por veículo;
- 3.2.1.14. Evolução das despesas da frota.

3.2.2. Sistemas (*softwares*) operacionais para processamento das informações nos cartões e terminais.

3.2.3. Descrição técnica detalhada dos procedimentos e utilização do sistema e das suas operações, compreendendo a Administração e Gerenciamento da frota, bem como seu abastecimento das diversas disposições de suporte oferecidas aos usuários e Fiscal do Contrato, para melhor aproveitamento operacional da solução apresentada, conforme



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

exigências deste Termo de Referência, e fornecimento de 01 (uma) cópia do manual de utilização dos *softwares* de gerenciamento combustíveis.

3.2.4. A informatização dos dados de consumo de combustível, quilometragem, custos, identificação do veículo, identificação do portador do cartão, datas e horários, além do tipo de combustível.

3.2.5. Processo de consolidação de dados, permitindo a concentração dos dados e a emissão de relatórios das bases operacionais, em uma base central de gerenciamento localizada no Edifício Garagem do TCDF.

3.2.6. Dispositivos individuais eletrônicos que viabilizem o gerenciamento de informações da frota, sendo um para cada veículo e um para o LabTCDF, sem ônus para o TCDF no primeiro fornecimento.

3.2.7. Os cartões deverão ser substituídos, no prazo de 05 (cinco) dias, sem ônus adicional ao TCDF, quando ocorrer um dos seguintes eventos:

3.2.7.1. Extravio do cartão, pela primeira vez, por parte do usuário;

3.2.7.2. Danificação do cartão, pela primeira vez, por parte do usuário;

3.2.7.3. Quando a CONTRATADA julgar necessária a substituição.

3.2.8. A reincidência de qualquer um dos eventos listados nos itens 3.2.7.1 e 3.2.7.2 acarretará ônus da reposição do cartão ao TCDF, que repassará o custo de reposição ao condutor usuário do cartão.

3.2.9. A CONTRATADA deverá apresentar em sua proposta o preço unitário de reemissão do cartão.

3.2.10. O valor do crédito mensal de cada cartão terá como limite:

3.2.10.1. **250 (duzentos e cinquenta) litros** para os **veículos de serviço movidos à gasolina;**

3.2.10.2. **200 (duzentos) litros** para o **veículo de serviço movido à diesel;**



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

3.2.10.3. **50 (cinquenta) litros** para o LabTCDF.

3.2.11. O valor do crédito dos cartões magnéticos poderá ser alterado, bloqueado ou remanejado, estritamente no limite do Contrato firmado, a critério do CONTRATANTE, sem custos adicionais.

3.2.12. Os limites estabelecidos para cada cartão não poderão ser ultrapassados sem expressa autorização do Executor do Contrato.

3.2.13. No caso de aquisição ou alienação de veículos, a quantidade de cartões poderá sofrer alteração, para mais ou para menos, devendo a CONTRATADA providenciar novos cartões, sem custo adicional para o CONTRATANTE.

3.2.14. Todo e qualquer ônus referentes a direitos de propriedade intelectual, industrial, sobre marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como a responsabilidade por sua violação, suas consequências e efeitos jurídicos, relacionados aos *softwares* de gerenciamento de combustíveis, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, se esta tiver dado causa por sua culpa ou dolo, quando deverá por eles responder, e defender o TCDF contra reclamações relacionadas com o assunto.

3.2.15. Será permitido ao TCDF solicitar a adaptação dos sistemas às peculiaridades dos serviços contratados, bem como de relatórios gerenciais adicionais necessários à melhor gestão da frota, sem custos adicionais.

3.2.16. Para os serviços de instalação e fornecimento dos equipamentos de rede de dados e do *software*, a proponente poderá subcontratar empresas especializadas, não podendo, contudo, se eximir das obrigações e responsabilidades de CONTRATADA, estabelecidas no presente Termo de Referência e demais Anexos.

**3.3. DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO**

3.3.1. O prazo de implantação do sistema será de até 10 (dez) dias, a contar da assinatura do Contrato, incluindo todos os equipamentos necessários à operação do sistema, bem como o credenciamento dos veículos/cartões magnéticos perante os postos de abastecimento indicados pela CONTRATADA.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

3.3.2. A CONTRATADA deverá instalar Base de Gerenciamento, em local determinado pelo executor/fiscal do Contrato, onde serão configurados os *softwares* de gerenciamento de combustíveis, permitindo o acesso *on-line* a todos os dados relativos aos veículos e emissão, a qualquer momento, de relatórios gerenciais.

3.3.3. A rede de postos disponibilizada pela CONTRATADA deverá estar equipada para aceitar transações com os cartões magnéticos dos usuários do sistema.

3.3.4. O sistema tecnológico integrado deverá viabilizar o pagamento do abastecimento de combustível para os referidos veículos automotores, junto aos postos de abastecimento, por meio de cartão magnético ou outro dispositivo fornecido pela CONTRATADA.

#### **4. MODELO DE FORNECIMENTO E INSTRUMENTO DE AJUSTE**

##### **4.1. DO MODELO DE FORNECIMENTO DO OBJETO**

4.1.1. Deverão ser observadas durante a prestação do serviço: as especificações técnicas estabelecidas no item 3 deste Termo de Referência, a uniformidade dos produtos fornecidos, as tecnologias e os padrões de qualidade, assim como as determinações da Agência Nacional de Petróleo (ANP), ou órgão ou entidade que venha exercer competências de regulações no setor.

4.1.2. O fornecimento de combustíveis será realizado de imediato e sob demanda.

##### **4.2. DO INSTRUMENTO DE AJUSTE**

4.2.1. Sem prejuízo do Capítulo III da Lei nº 8.666/1993, o presente Edital, demais Anexo(s) e a proposta do(s) adjudicatário(s) serão partes integrantes do Contrato a ser assinado.

4.2.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis após seu envio caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e faculta ao TCDF convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.

4.2.3. O prazo de que trata o item 4.2.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, na forma do disposto no §1º do art. 64 da Lei nº 8.666/1993.





**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

4.2.4. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste Termo de Referência.

4.2.5. As condições de garantia e assistência técnica, quando aplicáveis, observarão o disposto neste Termo de Referência e as regras do Código de Defesa do Consumidor.

4.2.6. Previamente à assinatura do Contrato, o adjudicatário deverá apresentar relação com endereços dos postos credenciados, aptos ao fornecimento de combustíveis, nos termos deste Termo de Referência.

#### **4.3. DO LOCAL DO FORNECIMENTO DO OBJETO**

4.3.1. A prestação dos serviços e o fornecimento do objeto deverão ser realizados nos postos de abastecimento credenciados pela CONTRATADA, observado o disposto nos itens 3.1 e 3.2 deste Termo de Referência.

#### **4.4. DA JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO EM LOTE ÚNICO**

4.4.1. O agrupamento dos Itens do objeto do presente Instrumento em lote único tem por objetivos facilitar o gerenciamento contratual, bem como obter economia de escala, reduzindo custos para a Administração, tendo em vista tratar-se de produtos com mesma origem produtiva e de fornecimento, ao passo em que o custo para o gerenciamento de número variado de fornecedores traz ineficiência e maior ônus na gestão e fiscalização da contratação. Alcança-se, dessa maneira, preço mais vantajoso para Administração no ganho de escala, além de eficiência na gestão contratual.

### **5. MECANISMOS DE GESTÃO CONTRATUAL**

#### **5.1. PAPÉIS E RESPONSABILIDADE**

5.1.1. Para a execução do Contrato, será implantado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o CONTRATANTE como responsável pela gestão do Contrato e pela verificação de aderência do objeto da contratação entregue aos padrões de qualidade exigidos; e a CONTRATADA como responsável pelo fornecimento dos produtos e gestão dos recursos humanos necessários.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

5.1.2. A execução do objeto contratado pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

5.1.2.1. **Fiscal ou Comissão de Fiscalização do Contrato:** é o servidor, ou comissão de servidores, designado pelo CONTRATANTE, responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo recebimento definitivo dos produtos.

5.1.2.2. **Preposto:** funcionário representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução da contratação e atuar como interlocutor principal perante o CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

**5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

5.2.1. Designar servidor ou comissão, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento contratual, bem como para aprovar a execução do objeto;

5.2.2. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada;

5.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários pertinentes à execução contratual, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, por meio de seus empregados e representantes;

5.2.4. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados e representantes da CONTRATADA às dependências do TCDF para fins de execução contratual, desde que devidamente identificados e acompanhados, sempre que necessário, por representante do CONTRATANTE;

5.2.5. Cumprir e fazer cumprir o disposto no presente Instrumento, no Instrumento convocatório e demais anexos, exercendo a fiscalização contratual mediante a verificação da conformidade do objeto executado com as condições, quantidades e especificações estabelecidas;

5.2.6. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA sobre quaisquer falhas



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido;

5.2.7. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as quantidades, condições e especificações definidas no presente Instrumento e no contrato;

5.2.8. Receber o objeto contratado e atestar a Nota Fiscal/Fatura, após o adimplemento da obrigação;

5.2.9. Exigir da CONTRATADA, sempre que necessário, a comprovação da manutenção das condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento de contratação;

5.2.10. Efetuar o pagamento devido, mediante Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;

5.2.11. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, por descumprimento das obrigações assumidas;

5.2.12. Manter atualizada a relação de veículos pertencentes ao TCDF, autorizados a utilizar os serviços de abastecimento;

5.2.13. Solicitar a substituição dos estabelecimentos credenciados que forem considerados incompatíveis com a execução do objeto contratado.

**5.3. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

5.3.1. Executar os serviços de abastecimento, bem como de implantação, operação e gerenciamento do sistema de combustíveis dos veículos automotores da frota do TCDF com esmero e perfeição, em conformidade com as disposições contidas neste Termo de Referência e no contrato;

5.3.2. Manter rede de postos de abastecimento com pelo menos 02 (duas) unidades de abastecimento localizadas em um raio de 10 km (dez quilômetros) do Edifício-Sede do TCDF, equipada para aceitar transações com os cartões dos usuários do sistema;

5.3.3. Manter sistema tecnológico integrado que viabilizará o pagamento do abastecimento de combustível para os veículos automotores do TCDF, junto aos postos de abastecimento credenciados, por meio de cartão;



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

5.3.4. Instalar Base de Gerenciamento, em local determinado pelo Fiscal do Contrato, onde serão instalados os *softwares* de gerenciamento de combustíveis, permitindo o acesso *on-line* a todos os dados relativos aos veículos e emissão, a qualquer momento, de relatórios gerenciais;

5.3.5. Arcar com todas as despesas resultantes do sistema de gerenciamento eletrônico, instalações, manutenção, emissão de relatórios, dentre outras;

5.3.6. Apresentar descrição técnica detalhada dos procedimentos de utilização do sistema e das suas operações, especialmente quanto à administração e gerenciamento da frota, ao processo de abastecimento e ao suporte oferecido aos usuários;

5.3.7. Fornecer manual de operação dos *softwares* de gerenciamento de combustíveis, quando for o caso;

5.3.8. Prestar os serviços de assistência técnica em até 04 (quatro) horas, contadas da solicitação, considerando o horário comercial das 8h00 às 18h00, contendo a descrição, metodologia e forma de atendimento;

5.3.9. Fornecer as orientações necessárias ao Fiscal do Contrato e aos usuários envolvidos na utilização do sistema, nos locais estabelecidos em comum acordo entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA;

5.3.10. Fiscalizar os serviços prestados pela rede de postos credenciados, objetivando garantir um nível satisfatório de qualidade;

5.3.11. Acompanhar a divulgação dos postos autuados e/ou interditados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) por problemas de qualidade, fraude ou adulteração do combustível fornecido, e divulgar imediatamente ao TCDF;

5.3.12. Caso algum dos postos credenciados pela CONTRATADA venha a constar da relação supracitada, a CONTRATADA deverá providenciar novo credenciamento para substituir o anterior, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

5.3.13. Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

5.3.14. Apresentar, sempre que solicitado pelo Fiscal do Contrato, no prazo máximo estipulado no pedido, documentação referente às condições exigidas neste Termo de Referência;

5.3.15. Arcar com todos os encargos diretos e indiretos que incidirem sobre a contratação, inclusive os fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, devendo apresentar, sempre que solicitada pelo Fiscal do Contrato, a documentação comprobatória dos recolhimentos devidos;

5.3.16. Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multa previstas no Edital de Licitação e seus Anexos e que lhe sejam aplicadas por meio de procedimento administrativo, decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais;

5.3.17. Comunicar ao Fiscal do Contrato, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social, durante o prazo de vigência do Contrato, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação;

5.3.18. Encaminhar qualquer solicitação ao TCDF por intermédio do Fiscal do Contrato;

5.3.19. Acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte do Fiscal do Contrato designado pelo TCDF;

5.3.20. Comunicar imediatamente, por intermédio do Fiscal do Contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do Contrato;

5.3.21. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo TCDF, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto do Contrato, bem assim a respeito da qualidade dos combustíveis, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar as devidas correções e comprovar a regularidade;

5.3.22. Disponibilizar, após o término do Contrato, todos os dados compilados, em meio eletrônico, relativos ao período do Contrato, sem ônus para o CONTRATANTE;

5.3.23. Enviar previamente à emissão de Nota Fiscal/Fatura, por meio de endereço de correio eletrônico a ser oportunamente informado, sob pena de obstar o recebimento do objeto, as certidões de regularidade fiscal e demais documentos exigidos por Contrato,



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

bem como planilha eletrônica da qual conste, em relação a cada abastecimento realizado no período faturado:

- 5.3.23.1. Número do cupom fiscal, com respectiva data de emissão;
- 5.3.23.2. Quilometragem indicada no odômetro do veículo no momento do abastecimento;
- 5.3.23.3. Número da placa do veículo abastecido;
- 5.3.23.4. Quantidade de combustível vendida, em litros;
- 5.3.23.5. Preço cobrado pelo combustível, por litro, nos termos da Cláusula Quinta da Minuta do Contrato (ANEXO IV); e
- 5.3.23.6. Valor total da compra.

5.3.24. Informar o(s) número(s) de CNPJ, com o(s) qual(is) a(s) Nota(s) Fiscal(is) será(ão) emitida(s), a qual deverá constar do Contrato, devendo a CONTRATADA relatar todos os números de CNPJ de suas filiais que possam realizar abastecimentos e emitir Nota Fiscal.

#### **5.4. DA FISCALIZAÇÃO**

5.4.1. As disposições que tratam sobre a FISCALIZAÇÃO, **relativas ao fornecimento dos produtos**, constam da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA da Minuta do Contrato, constante do Anexo IV do Edital.

#### **5.5. DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS**

5.5.1. As disposições que tratam sobre VIGÊNCIA E DOS PRAZOS, relativas ao fornecimento dos produtos, constam da CLÁUSULA SÉTIMA **da Minuta do Contrato constante** do Anexo IV do Edital.

#### **5.6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

5.6.1. As disposições que tratam sobre o RECEBIMENTO DO OBJETO, **relativas ao**



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

fornecimento dos produtos, constam da CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA da Minuta do Contrato constante do Anexo IV do Edital.

#### 5.7. DO PAGAMENTO

5.7.1. As disposições que tratam sobre PAGAMENTO, relativas ao fornecimento dos produtos, constam da CLÁUSULA QUINTA da Minuta do Contrato constante do Anexo IV do Edital.

#### 5.8. DO REAJUSTE DE PREÇOS (DESCONTO)

5.8.1. Os percentuais de desconto ofertados na proposta da CONTRATADA para o litro da gasolina comum e para o litro do diesel comum são fixos e irrevogáveis.

#### 5.9. DA GARANTIA CONTRATUAL

5.9.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

#### 5.10. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

5.10.1. Para informar o descumprimento de alguma norma ou cláusula pela CONTRATADA será utilizado o envio de ofícios escritos, para ciência e providências.

5.10.2. O uso de mensagens eletrônicas (e-mail) também pode ser utilizado para agilizar a comunicação entre as Partes.

### 6. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

6.1. O valor total estimado para o objeto da presente licitação é de até R\$ 9.446,28 (nove mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e vinte e oito centavos), sendo R\$ 4.972,80 (quatro mil, novecentos e setenta e dois reais e oitenta centavos) o valor estimado máximo para o consumo de gasolina comum e R\$ 4.473,48 (quatro mil, quatrocentos e setenta e três reais e quarenta e oito centavos) o valor estimado máximo para o consumo de óleo diesel, conforme planilha constante do Anexo II - Estimativa de Consumo e de Preço (Desconto).

6.2. Consta do Anexo II quadro demonstrativo com a estimativa de valores para o ano de 2018,



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

referentes aos preços médios de revenda<sup>1</sup> ao consumidor, o consumo estimado de combustível e o valor global estimado para a presente contratação.

6.3. O valor estimado apresentado neste tópico não se constitui em qualquer compromisso de realização de consumo para o CONTRATANTE de forma que venha exauri-lo durante o contrato. O valor a ser pago na execução contratual corresponderá ao dos produtos efetivamente consumidos pelo CONTRATANTE, em regime de fornecimento por demanda.

## **7. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto neste Instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

7.2. A Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças do TCDF indicará o Programa de Trabalho, a fonte, a natureza de despesa, o código de subatividade e outras informações atinentes à classificação orçamentária do produto.

## **8. DAS SANÇÕES APLICADAS**

8.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Distrito Federal pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais.

8.2. O CONTRATANTE poderá, ainda, utilizar-se da sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei nº 8.666/1993, aplicada ao pregão subsidiariamente.

8.3. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal poderão ser aplicadas à CONTRATADA, juntamente com a multa administrativa.

8.4. Outras disposições que tratam sobre SANÇÕES na execução contratual, a serem

<sup>1</sup>Conforme síntese dos preços praticados - DISTRITO FEDERAL - ANP.  
[http://www.anp.gov.br/preco/prc/Resumo\\_Mensal\\_Municipio.asp](http://www.anp.gov.br/preco/prc/Resumo_Mensal_Municipio.asp). Consulta realizada no dia 21/09/2017.





**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

aplicadas durante o fornecimento dos produtos, constam da CLÁUSULA DÉCIMA da Minuta do Contrato, constante do Anexo IV do Edital.

## **9. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR**

### **9.1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

9.1.1. Será adotado o tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, obtido pelos **MAIORES PERCENTUAIS DE DESCONTO** a serem aplicados sobre os preços referenciados dos combustíveis (gasolina e diesel comuns), para julgamento e classificação das propostas; observando-se como valores mínimos, para aceitação dos descontos ofertados, os valores dos descontos estimados constantes do Anexo II - Estimativa de Consumo e de Preço (Percentual), bem como os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade definidos no presente Instrumento.

9.1.2. O objeto a ser adquirido enquadra-se no conceito de bem comum, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto nº 5.450/2005, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio de **Pregão Eletrônico**.

9.1.3. No preço cotado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta contratação, inclusive os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal do fornecedor, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA dos serviços prestados.

### **9.2. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO**

9.2.1. Além dos requisitos de habilitação verificados por meio do SICAF, a PROPONENTE deverá apresentar a seguinte documentação de habilitação complementar:

9.2.1.1. **Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda do Distrito Federal**, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), c/c o inc. XIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e art. 14, inc. V, do Decreto Federal nº 5.450/2005 c/c art. 7º do Decreto Distrital nº 25.966/2005. Esta certidão será



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

exigida se não estiver contemplada no SICAF;

9.2.1.2. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;**

9.2.1.3. **Declaração** de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012;

9.2.1.4. **Registro Comercial**, no caso de empresário individual;

9.2.1.5. **Comprovação** de aptidão para desempenho de atividades por meio da apresentação de, no mínimo, 1 (um) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado do emitente, constando, no mínimo, razão social do emitente, período de vigência do contrato, objeto contratual, nome e cargo/função do responsável pela emissão, comprovando, ainda, que a empresa prestou a contento fornecimento de combustíveis com gerenciamento dos serviços de abastecimento por meio de um sistema informatizado de controle com tecnologia de cartão eletrônico;

9.2.1.6. **Registro de revendedor varejista**, expedido pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), nos termos do art. 68-A, § 1º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;

9.2.1.7. **Declaração**, nos termos do art. 30, II e § 6º da Lei nº 8.666/93, de que, quando da assinatura do contrato, disporá de pelo menos 02 (duas) unidades de abastecimento localizadas em um raio de até 10 Km (dez quilômetros) do Edifício Sede do TCDF, localizado no Palácio Costa e Silva, Praça do Buriti s/n, CEP nº 70075-901, Brasília / DF.

9.2.2. A não apresentação da documentação constante dos itens 9.2.1.1 e 9.2.1.2, não implicará inabilitação do licitante, salvo se não houver possibilidade de consulta do documento via Internet.

## **10. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

10.1. As disposições constantes neste Instrumento foram elaboradas com base nos seguintes normativos:



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

10.1.1. Leis Federais nº 8.666/1993; nº 10.520/2002; e nº 9.478/1997;

10.1.2. Lei Complementar nº 123/2006;

10.1.3. Decreto Federal nº 5.450/2005;

10.1.4. Lei Distrital nº 5.378/2014;

10.1.5. Resolução TCDF 273/2014.

## **11. DOS ANEXOS**

11.1. ANEXO II - ESTIMATIVA DE CONSUMO E DE PREÇO (DESCONTO)

11.2. ANEXO III – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO

11.3. ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

## **12. DOS RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA**

12.1. São responsáveis pelo Termo de Referência o Chefe do Serviço de Transporte (SETRA) e o Supervisor da Supervisão de Planejamento da Contratação (SPC).



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

## ANEXO II - ESTIMATIVA DE CONSUMO E DE PREÇO (DESCONTO)

Lote	Item	Combustível	Consumo Estimado (litros) (*)	Preço Unitário Médio no DF (R\$) (**)	Valor Total Estimado para o Exercício de 2018 (R\$)	Percentual de Desconto Estimado (%)	Valor Total com Desconto Estimado (R\$)
1	1	Gasolina Comum	1.200	4,144	R\$ 4.972,80	1,67%	R\$ 4.889,75
	2	Óleo Diesel	1.320	3,389	R\$ 4.473,48	1,67%	R\$ 4.398,77
<b>Valor Total Estimado (R\$)</b>					<b>R\$ 9.446,28</b>	-----	<b>9.288,52</b>

\* O quantitativo do consumo de gasolina teve a sua estimativa diminuída em relação à estimativa para a contratação do ano anterior, tendo em vista à provável redução da frota para o ano de 2018. Ainda assim, considerou-se as eventuais demandas do **Laboratório de Controle Externo de Obras Públicas** (LabTCDF) em atividades de extração em campo de corpos de prova de pavimentos asfálticos e de concreto, conforme informação do Memorando nº 33/17 – NFO (e-Doc 20E02333 peça nº 4 e-Doc). Também, o quantitativo do consumo de óleo diesel teve a sua estimativa diminuída em relação à estimativa do ano anterior, tendo em vista a redução de consumo verificada nesse ano de 2017 e porque o veículo Pick UP que seria adquirido para utilização pelo Núcleo de Fiscalização de Obras (NFO) não foi comprado.

\*\* Conforme divulgado em [http://www.anp.gov.br/preco/prc/Resumo\\_Mensal\\_Municipio.asp](http://www.anp.gov.br/preco/prc/Resumo_Mensal_Municipio.asp). Consulta no dia 21/09/2017.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

### **ANEXO III - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

A (NOME DO LICITANTE), CNPJ, endereço, representante, vem apresentar propostas de descontos, sobre o valor total estimado para o fornecimento, sob demanda, de combustível (gasolina comum e óleo diesel comum) para a frota de veículos automotores do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), em rede de postos dentro do Distrito Federal, com gerenciamento dos serviços de abastecimento por meio de um sistema informatizado de controle com tecnologia de cartão eletrônico, para o exercício de 2018, conforme abaixo:

Lote	Item	Combustível	Consumo Estimado (litros) (*)	Preço Unitário Médio no DF (R\$) (**)	Valor Total Estimado para o Exercício de 2018 (R\$)	Percentual de Desconto Oferecido (%)	Valor Total com Desconto Oferecido (R\$)
1	1	Gasolina Comum	1.200	4,144	R\$ 4.972,80	(*)%	
	2	Óleo Diesel	1.320	3,389	R\$ 4.473,48	(*)%	
<b>Valor Total (R\$)</b>					<b>R\$ 9.446,28</b>	-----	

(\*) Percentuais de desconto a serem informados no sistema comprasnet.

#### **OBSERVAÇÕES:**

- 1) O Preço unitário de reemissão do cartão magnético, nos termos do item 3.2.9 do Anexo I (Termo de Referência): R\$ \_\_\_\_, \_\_\_\_. (valor por extenso);
- 2) O licitante, acima qualificado, declara que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012;
- 3) O licitante declara que fornecerá, anteriormente à contratação, relação com os endereços dos postos credenciados, aptos ao fornecimento de combustíveis, nos termos do item 3.1.2 do Anexo I (Termo de Referência);
- 4) O licitante declara que não responde ou respondeu processo administrativo por revender combustível fora das especificações (adulterado) nos últimos 12 (doze) meses;
- 5) O licitante declara que não foi autuado, não responde ou respondeu processo administrativo por apresentar bombas de abastecimento de combustível com aferição metrológica irregular nos últimos 12 (doze) meses;
- 6) O licitante deverá informar o(s) número(s) de CNPJ, com o(s) qual(is) a(s) Nota(s) Fiscal(is)

Termo de Referência nº 23 / 2017



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

será(ão) emitida(s), para fins de faturamento e pagamento;

**7) O(s) percentual(ais) de desconto ofertado(s) observarão o disposto na Cláusula Quinta da Minuta do Contrato (Anexo IV);**

**8) O licitante declara a relação atualizada de todos os números de CNPJ de suas filiais que possam realizar abastecimentos e emitir Nota Fiscal.**

	NOME	CNPJ
MATRIZ		
FILIAIS		

Nome:

Endereço:

CNPJ:

Telefone/fax:

Banco/agência/conta:

E-mail:



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

#### **ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/2017 QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL, POR  
INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO  
DISTRITO FEDERAL - TCDF, E A EMPRESA  
\_\_\_\_\_, PARA O FORNECIMENTO  
DE COMBUSTÍVEIS DA FROTA DE VEÍCULOS DO  
TCDF (PROCESSO Nº \_\_\_\_).**

Pelo presente Instrumento, o DISTRITO FEDERAL, por intermédio do TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, com sede nesta Capital, inscrito no CNPJ/MF nº 00.534.560/0001-26, neste ato representado na forma do seu Regimento Interno, por \_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Telefone: \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_, Sr. \_\_\_\_\_, CI RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes, bem como outras normas vigentes relacionadas com o seu objeto e de acordo as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de combustível (gasolina e óleo diesel comuns), sob demanda, para a frota de veículos automotores do Tribunal de Contas do Distrito Federal, em rede de postos dentro do Distrito Federal, com gerenciamento dos serviços de abastecimento por meio de um sistema informatizado de controle com tecnologia de cartão eletrônico, para o exercício de 2018, de acordo com as especificações e condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2017 e seus anexos.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO**

2.1 O fornecimento de combustíveis será executado de forma imediata, sob demanda.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

3.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor estabelecido na proposta de até R\$\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), sendo até R\$\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), para o fornecimento de gasolina comum e até R\$\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), para o fornecimento de diesel comum, em parcelas, conforme demanda, já abatido o percentual de desconto de \_\_\_\_% (\_\_\_\_\_), para gasolina comum e de \_\_\_\_% (\_\_\_\_\_), para diesel comum, nos termos da Cláusula Quinta deste Contrato, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária do CONTRATANTE.

3.2 Todas as despesas com tributos, encargos sociais, fretes, embalagens, seguros e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto desta licitação correrão por conta da CONTRATADA.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

4.1 Não foi exigida a garantia contratual prevista no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/1993 para proceder à assinatura do Contrato.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1 O percentual de desconto ofertado pela CONTRATADA incidirá sobre os preços dos combustíveis indicados nas bombas.

5.2. Havendo divergência, na data do seu fornecimento, entre o valor do litro de combustível indicado na bomba e a média de seu respectivo valor por litro praticado no mercado varejista de Brasília, considerando a publicação da Agência Nacional de Petróleo (ANP), o percentual de desconto ofertado incidirá sobre o menor valor.

5.3. Para efeito de faturamento, deverão ser realizados os seguintes procedimentos mensalmente:

5.3.1. Computar o total de litros por combustível fornecido;

5.3.2. Multiplicar a litragem pelo preço indicado na bomba no dia do efetivo abastecimento, ou pelo valor médio do litro de combustível (divulgado pela ANP), devendo

Termo de Referência nº 23 / 2017





**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

sempre ser considerado, para o cálculo do montante a ser faturado, o menor valor;

5.3.3. Aplicar o desconto concedido na proposta sobre o preço dos combustíveis (da bomba ou do preço médio praticado no DF, na data do efetivo abastecimento, conforme tabela da ANP, sempre prevalecendo o que apresentar o menor valor);

5.3.4. Apurar o valor líquido após a concessão do desconto, que corresponderá ao montante a ser faturado.

5.4. Mensalmente, ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a CONTRATADA protocolizará junto ao CONTRATANTE Nota Fiscal que, após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

5.5. Nos termos do Protocolo ICMS 42, de 03.07.2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE - descritos no Anexo Único do referido Protocolo, deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/05, de 30.09.2005, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.

5.6. Nos termos do art. 3º, § 4º da Portaria nº 403/2009 da Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), com redação dada pela Portaria SEF/DF nº 259/2013, a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) em substituição à Nota Fiscal modelo 3 aplica-se, também, às prestações de serviços sujeitos ao ISS para a Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2014.

5.7. Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a regularidade da empresa perante a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), a Fazenda Nacional, a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF), e a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT). Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos, emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as apresentadas na habilitação estejam vencidas.

5.8. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do CONTRATANTE.

5.9. Se, por qualquer motivo alheio à vontade do CONTRATANTE, for paralisado o fornecimento dos produtos, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

5.10. O documento de cobrança referente à obrigação contratual cumprida deverá corresponder ao mês comercial e será protocolizada a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao que se refere.

5.11. Caso o CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado, pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

5.12. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retido na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.13 Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA, caso os produtos sejam rejeitados pela fiscalização do Contrato, devendo esses serem refeitos e/ou substituídos pela CONTRATADA de modo a obter a aprovação da fiscalização, quando for o caso.

5.14. Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/2014, o contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ainda que imune ou isento, cuja sede, ou matriz econômica, seja estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, mas que, por força de Contrato, convênio ou termo, vise à prestação de serviços no Distrito Federal, em caráter permanente ou temporário, fica obrigado a inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF.

5.15. Para que se proceda ao pagamento, a Nota Fiscal e o número de CNPJ deverão ser registrados segundo a relação abaixo descrita das empresas matriz e filiais existentes.

	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	ENDEREÇO COMPLETO
MATRIZ			



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	ENDEREÇO COMPLETO
FILIAIS			

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DESPESA

6.1 A despesa será imputada à conta do crédito consignado no orçamento do CONTRATANTE, enquadrando-se segundo a natureza em tendo a seguinte classificação funcional e programática: \_\_\_\_\_, fonte de recursos:\_\_\_\_\_.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS

7.1 O prazo de vigência do Contrato será de \_\_\_\_\_ até 31.12.2018, sendo seu extrato publicado no DODF, a expensas do CONTRATANTE.

7.2 O prazo de vigência do ajuste fica adstrito ao seu exercício financeiro, podendo ser prorrogado desde que as despesas a ele referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, permitindo-se a inscrição em restos a pagar.

7.3 Nos termos do §1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega poderão ser prorrogados, mantidas as demais cláusulas do Contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 Além de outras hipóteses expressamente previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, garantida a prévia defesa, constituem motivos para a rescisão do Contrato:

8.1.1 não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais,

Termo de Referência nº 23 / 2017



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

principalmente quanto às especificações do objeto contidas no Anexo I do Pregão Eletrônico nº \_\_/2017;

8.1.2 o atraso injustificado no início do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;

8.1.3 o não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

8.1.4 o cometimento reiterado de faltas na sua execução, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do CONTRATANTE, especialmente designado para acompanhar o Contrato;

8.1.5 a decretação de falência;

8.1.6 a dissolução da sociedade;

8.1.7 a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado e impeditivo da execução do objeto deste Contrato, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 79 da Lei nº 8.666/1993;

8.1.8 razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade do Tribunal de Contas do Distrito Federal e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 79 da Lei nº 8.666/1993; e

8.1.9 subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do Contrato.

#### **CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS DO CONTRATANTE EM CASO DE RESCISÃO**

9.1 Nos casos de rescisão previstos neste Contrato, a Administração adotará as seguintes providências:

- I. execução dos valores das multas e indenizações a ela devidos; e
- II. retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, nos termos do



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

art. 70 da Lei nº 8.666/1993 em decorrência do fornecimento dos bens.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES APLICÁVEIS**

10.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Distrito Federal pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Instrumento, no Edital e seus anexos, e das demais cominações legais.

10.2 O CONTRATANTE poderá, ainda, utilizar-se da sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei nº 8.666/1993, aplicada ao pregão subsidiariamente.

10.3 As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal poderão ser aplicadas à CONTRATADA, juntamente com a multa administrativa.

10.4 Em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I), poderá ser aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) por dia de atraso sobre o preço do fornecimento, não ultrapassando o limite de 10% (dez por cento) sobre este valor.

10.5 As multas previstas neste item serão calculadas considerando-se os dias consecutivos a partir do dia útil imediatamente subsequente ao do vencimento.

10.6 Pela inexecução parcial ou total do ajuste, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA multa de 10% (dez por cento) ou 15% (quinze por cento), respectivamente, sobre o valor total do Contrato.

10.7 No caso de aplicação de multa, será observado o limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para sua cobrança, exceto quando for necessária, além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades prevista nesta Cláusula.

10.8 As multas tratadas nesta cláusula serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela

Termo de Referência nº 23 / 2017



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

11.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, em especial:

- a) receber o objeto contratado nos termos da Cláusula Décima Quarta deste Contrato;
- b) efetuar o pagamento do objeto deste Contrato, nos termos da Cláusula Quinta mediante Nota Fiscal devidamente atestada;
- c) cumprir as obrigações estabelecidas no Anexo I do Pregão Eletrônico nº \_\_\_/2017.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1 Constituem obrigações da CONTRATADA, em especial:

- 12.1.1. realizar o fornecimento com eficiência e presteza, dentro dos padrões exigidos pela Administração;
- 12.1.2. cumprir as obrigações estabelecidas no Anexo I do Pregão Eletrônico nº \_\_\_/2017;
- 12.1.3. cumprir orientação do fiscal/executor do Contrato;
- 12.1.4. ressarcir o CONTRATANTE quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração em decorrência da execução do fornecimento.

12.2 A CONTRATADA fica compelida a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

13.1 A fiscalização e controle da execução do objeto contratado será exercida por servidor ou comissão do TCDF, designado(a) para desempenhar esta função, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos do CONTRATANTE, devendo o mesmo

Termo de Referência nº 23 / 2017



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

franquear à CONTRATADA livre acesso aos locais de execução dos trabalhos, bem como aos registros e informações sobre o Contrato. Esse servidor ou essa comissão anotarà em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, exercendo, ainda, as demais atribuições elencadas no art. 2º da Instrução DGA nº 03, de 22.12.1997.

13.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

13.3 Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE:

13.3.1 Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução do objeto, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas; e

13.3.2 Sustar quaisquer serviços ou fornecimentos que estejam sendo realizados em desacordo com as especificações, ou ainda esteja em desacordo com este Contrato ou que possa atentar contra a segurança de pessoas ou bens do CONTRATANTE.

13.4 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Executor do Contrato deverão ser autorizadas pela autoridade competente desse Tribunal em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

13.5 A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la sempre que for necessário.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

14.1 O objeto contratado será recebido da seguinte forma:

- a) **PROVISORIAMENTE**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, referente à parcela da obrigação contratual cumprida, que deverá corresponder ao mês comercial ou sua fração, no caso de a execução ocorrer durante apenas parte do período do mês comercial;



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

- b) **DEFINITIVAMENTE**, ao término da vigência do Contrato, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de 15 (quinze) dias úteis de observação que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/1993.

14.2 Em caso de conformidade, o servidor ou comissão **autorizará** o pagamento, **emitindo** o aceite do objeto.

14.3 Qualquer não conformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor ou pela Comissão, acarretará o não recebimento. Discriminar-se-ão, em termo circunstanciado, em 02 (duas) vias, as irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA com o recebimento de uma das vias para as devidas providências, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis previstas neste Termo de Referência.

14.4 À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, submetendo à nova verificação o objeto impugnado, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis previstas neste Termo de Referência.

14.5 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança com relação ao objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS (DESCONTO)**

15.1 Os percentuais de desconto ofertados na proposta da CONTRATADA são fixos e irrevogáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1 Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei nº 8.666/1993, e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.





**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Serviço de Transporte - SETRA  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

### **CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO**

17.1 O teor do Edital, na modalidade de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_2017, seus anexos e a proposta da CONTRATADA, são partes integrantes deste Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – DO FORO**

18.1 Fica eleito o Foro da Justiça Comum do Distrito Federal, para dirimir eventuais controvérsias relativas ao cumprimento deste pacto.

18.2 Por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Contrato, do qual se extraíram 02 (duas) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Brasília, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_